



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

GABINETE DO VEREADOR NEGUINHO MARINHEIRO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6 /2021

Ementa: Dispõe sobre a concessão do título de Cidadão Piancoense ao Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro e dá outras providências.

O VEREADOR JOSÉ LUIZ DA SILVA FILHO – VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, §1º, inciso IV c/c o art. 95 e seguintes do Regimento Interno da Câmara, vem apresentar o seguinte **Projeto de Decreto Legislativo:**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Piancoense ao Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, pelos relevantes serviços prestados ao município de Piancó-PB.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Piancó/PB, em 11 de agosto de 2021.


José Luiz da Silva Filho

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Piancó/PB

CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria Legislativa
PROTOCOLO

Proposição Nº 144 /20 21
Recebido em 11 / 08 / 21
às 10 h 58 min


CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ/PB

APROVADO POR MAIORIA

(9) SIM (-) NÃO (5) ABSTENÇÃO

Sessão Ordinária de 12 do 08 de 2021.


Antônio Wallace Pereira Militão
Presidente da Câmara



ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

GABINETE DO VEREADOR NEGUINHO MARINHEIRO

BIOGRAFIA

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, vem de uma família de políticos na Paraíba: seu avô, Agnaldo Velloso Borges, foi um latifundiário e político paraibano, um dos acusados de terem sido mandantes do assassinato da sindicalista rural Margarida Maria Alves^[3], em Alagoa Grande-PB, e do líder da Liga Camponesa de Sapé-PB, João Pedro Teixeira, ocasião em que era 5º suplente de deputado estadual e assumiu a vaga após a abertura do inquérito policial e um deputado renunciar e 4 suplentes não assumirem; seu pai, Enivaldo Ribeiro, foi presidente do PP no estado e prefeito de Campina Grande de 1977 a 1983; sua mãe, Virgínia Velloso Borges, foi prefeita de Pilar, uma cidade da periferia de Campina Grande; e sua irmã, Daniella Ribeiro, é senadora. Deputado estadual da Paraíba por dois mandatos consecutivos (2003 a 2011), elegeu-se deputado federal em 2010, sendo reeleito em 2014, sempre pelo Partido Progressista (PP).

Em 2012 foi acusado de usar parte da sua verba de gabinete para comprar reportagens favoráveis a ele produzidas por dois sites de notícias do seu Estado: pagou mensalmente mil e quinhentos reais ao site "PB Agora" e dois mil reais ao "24 Horas PB"; ambos os sites produziram dezenas de matérias elogiosas a Aguinaldo.

No governo Dilma, assumiu o comando do Ministério das Cidades em substituição a Mário Negromonte, do mesmo partido. Deixou a pasta em 17 de março de 2014 em uma reforma ministerial promovida pela presidente.

Foi reeleito em 2014. Na comissão especial do impeachment de Dilma Rousseff foi contra o afastamento, porém na votação em plenário votou a favor. Já durante o Governo Michel Temer, votou a favor da PEC do Teto dos Gastos Públicos.

Também era um dos parlamentares mais próximos do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, sendo um dos poucos que esteve com o peemedebista na reunião que selou sua renúncia ao cargo.^[4] Porém, na hora da votação aberta, sucumbiu à pressão e votou pela perda do mandato de Cunha, que não o perdoou e o chamou de "covarde e hipócrita".

Membro da Igreja Batista, faz parte da bancada evangélica. Apresentou propostas para liberar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para financiar a construção de templos religiosos e para isentar "entidades religiosas" de pagarem a contribuição para a Previdência Social quando relacionadas a construção de templos. Nenhuma das matérias foi aprovada.

Em fevereiro de 2017, foi indicado para a função de líder do governo na Câmara pelo Presidente Michel Temer. Permaneceu pouco tempo, no mês seguinte foi substituído por André Moura. Desde março de 2017 retornou à liderança do governo no congresso.


José Luiz da Silva Filho

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Piancó/PB



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

A **Comissão de Organização, Legislação e Justiça**, reunida no dia 12 de agosto de 2021, na sede da Câmara Municipal de Piancó/PB, cito a Rua Antônio Brasilino, 121 – Centro – Piancó/PB – CEP: 58765-000, presidida pelo Vereador José Luiz da Silva Filho e tendo a presença dos Vereadores Cícero Fábio da Silva e Edney Geovennaz Cabral Barboza, **decidiram o seguinte:**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2021, de autoria do Vereador José Luiz da Silva Filho, protocolado nesta Casa no dia 11/08/2021 e tombado sob o nº 144/2021, está em consonância com os procedimentos legislativos e não afronta nenhum dos dispositivos esculpidos na Constituição Federal, Estadual ou na Lei Orgânica Municipal, além de estar em harmonia com as demais legislações pertinentes ao tema.

Desta forma, por **unanimidade**, opinamos pela **legalidade do projeto** e, no mérito, também de forma unanime, decidimos pela **legalidade da matéria**.

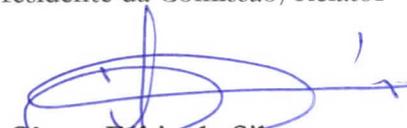
É o parecer desta Comissão, salvo melhor juízo.

Registre-se.

Dê-se ciência.


José Luiz da Silva Filho
Presidente da Comissão


Edney Geovennaz Cabral Barboza
Vice-Presidente da Comissão/Relator


Cícero Fábio da Silva
Membro da Comissão